



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Edital ESPGE nº 2/2021 – HABILITAÇÃO DOCENTES – PÓS-GRADUAÇÃO

O Procurador-Geral do Estado, Dr. Jasson Hibner Amaral, e o Procurador-Chefe da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Alexandre Nogueira Alves, convidam os procuradores e as procuradoras do Estado interessados, a se habilitarem para docência para a 1ª Turma do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Estado e Advocacia Pública, autorizado pela RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 5.730/2020, a ser realizado pela ESPGE, a partir da data provável de 1º de outubro de 2021.

I – Objeto

A presente chamada tem por objeto a habilitação para docência para as disciplinas previstas no Anexo I.

II – Da elegibilidade para apresentação de propostas

A manifestação de interesse dos docentes em ministrar disciplinas obrigatórias e optativas fixas deverão ser enviadas para o e-mail espge@pge.es.gov.br, até o dia 20/09/2021, e vir acompanhadas de memorial descritivo das disciplinas (um memorial para cada disciplina), compostos, obrigatoriamente:

- A)** pelas suas respectivas ementas, que deverão coincidir com as ementas descritas no Anexo II;
- B)** pelos respectivos programas de curso, que precisarão comportar pelo menos os conteúdos elencados nas ementas descritas no Anexo II;
- C)** pela bibliografia básica utilizada.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

III – Da escolha das propostas

Havendo mais de um interessado para uma mesma disciplina, e na impossibilidade de haver oferta conjunta, será adotado o critério de titulação, observada a seguinte ordem de preferência:

1. Título de doutor em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
2. Título de doutor em direito com concentração em área diversa;
3. Título de doutor em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
4. Título de mestre em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
5. Título de mestre em direito com concentração em área diversa;
6. Título de mestre em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
7. Especialização em direito com foco na área da disciplina solicitada;
8. Especialização em direito com foco em área diversa.

IV – Das disposições finais

A apresentação de propostas importa concordância quanto aos termos do presente edital.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-chefe da ESPGE.

Vitória, 10 de setembro de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

JASSON HIBNER AMARAL
Procurador-Geral do Estado

ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
Procurador-chefe da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ANEXO I

PROGRAMA DA PÓS GRADUAÇÃO DIREITO DO ESTADO E ADVOCACIA PÚBLICA

Grupo I - FUNDAMENTOS DE DIREITO DO ESTADO

Módulo Específico – Base Teórica

- Fundamentos de Direito Constitucional
- Fundamentos de Direito Administrativo
- Fundamentos de Direito Financeiro
- Fundamentos de Direito Tributário

Módulo Específico – Tópicos Especiais

- Tópicos especiais sobre Direito do Estado:
 - Direito de Petróleo e Gás aplicado à Fazenda Pública
 - Direito Administrativo Digital
 - Direito e Inovação Tecnológica
 - Direito e Inovação Tecnológica

Grupo II - ADVOCACIA PÚBLICA E PRÁTICA JURÍDICA

Módulo Específico - Perspectiva Geral da Advocacia Pública

- Advocacia Pública Brasileira: Estado da Arte
- Ética e Responsabilização no Exercício da Advocacia Pública

Módulo Específico – Eixo Consultivo

- Direito Administrativo Aplicado I: Técnica de Elaboração de Pareceres
- Direito Administrativo Aplicado II: Licitações e Contratos
- Direito Administrativo Aplicado III: Serviços Públicos
- Direito Administrativo Aplicado IV: Terceiro Setor

Módulo Específico – Eixo Contencioso

- Direito Processual Aplicado I: Teoria Geral do Processo e 1ª Instância Judiciária
- Direito Processual Aplicado II: Recursos
- Direito Processual Aplicado III: Execução
- Direito Processual Aplicado IV: Procedimentos especiais
- Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

Módulo Específico – Tópicos especiais

- Tópicos especiais sobre Advocacia Pública e Prática Jurídica:
 - Licitações, contratos e controle administrativo
 - Autocomposição em processos envolvendo a Fazenda Pública
 - Novos paradigmas para o controle da Administração Pública



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
- Direito Público das *Startups*
- Advocacia Pública e Métodos Adequados de Resolução de Conflitos

Grupo III – METODOLOGIA E INSTRUMENTAL BÁSICO

Módulo Metodológico

- Metodologia da Pesquisa e Argumentação Jurídica



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

SITUAÇÃO	DISCIPLINA	EMENTA
OBRIGATORIAS		
Grupo I	Fundamentos de Direito Constitucional	Teoria da Constituição. Poder Constituinte. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado. Separação e Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade
Grupo I	Fundamentos de Direito Administrativo	Regime jurídico-administrativo. Função administrativa. Órgãos e entidades. Agentes estatais. Processo administrativo. Restrições do Estado sobre a propriedade: desapropriação, servidão, limitação administrativa, requisição administrativa, ocupação temporária e tombamento. Responsabilidade Civil do Estado. Bens públicos. Controle administrativo. Atos administrativos. Improbidade administrativa e empresarial.
Grupo II, Módulo Consultivo	Direito Administrativo Aplicado I: Técnicas de Elaboração de Parecer Jurídico	Advocacia Pública Consultiva: aspectos constitucionais e infraconstitucionais relevantes. Técnica de Elaboração de Pareceres Jurídicos: elementos, cautelas e estudo de casos. Responsabilização do Advogado Público Parecerista. Inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021: controle jurídico em todos os processos <i>versus</i> pareceres condicionais
Grupo II, Módulo Contencioso	Direito Processual Aplicado I: Teoria Geral do Processo e 1ª Instância Judiciária	Teoria Geral do Processo: jurisdição, ação e processo. Conceitos jurídicos fundamentais: pedido, causa de pedir, conexão, continência, prevenção e litispendência. Petição inicial. Tutela provisória. Audiência de conciliação e mediação. Defesa. Réplica. Intervenção de terceiros. Saneamento e atividade probatória. Sentença e Coisa julgada.
Grupo II, Módulo Advocacia Pública	Advocacia Pública Brasileira: Estado da Arte	A Advocacia Pública na Constituição Brasileira: Funções Essenciais da Justiça e Procuraturas Constitucionais. A Advocacia Geral da União e seus órgãos vinculados: Procuradoria da União, Procuradoria da Fazenda Nacional e Procuradoria Federal. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal: disposições constitucionais e unidade orgânica. Procuradorias Municipais. Procuradorias na Administração Pública Brasileira: órgãos de Governo ou órgãos de Estado? Atividades típicas de Advocacia Pública: consultoria, contencioso e controle jurídico. Advocacia Pública e função administrativa. Autonomia e independência técnica: posicionamento doutrinário e jurisprudência do STF. Advocacia Pública e Consensualidade.
Grupo III	Metodologia da Pesquisa	Direito e Ciência. Estrutura básica de um trabalho científico: problema de pesquisa, hipótese,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

	Argumentação Jurídica	pergunta e sumário. Regras da ABNT para citações e referência. Técnicas de argumentação jurídica: teoria do discurso, modo de aplicação de regras e princípios, interferência dos fatos e dos valores na aplicação do Direito e modelo de precedentes. Estudos de casos
OPTATIVAS FIXAS		
Grupo I	Fundamentos de Direito Financeiro	A atividade financeira do Estado: receitas, despesas, orçamento e crédito público. Fundos. Lei de Responsabilidade Fiscal.
Grupo I	Fundamentos de Direito Tributário	Sistema Tributário Nacional. Princípios. Competências tributárias. Limitações ao poder de tributar. Hipótese de incidência tributária. Fato gerador concreto. Obrigações tributárias. Lançamento. Crédito tributário. Aplicação e Interpretação da legislação tributária. Processo Administrativo Tributário. Tributos Estaduais: ITCMD, IPVA e ICMS
Grupo Módulo Consultivo	II, Direito Administrativo Aplicado II: Licitações e contratos	Licitações públicas: conceito e fundamento constitucional. Lei nº 13.144/2021: campos de incidência e exclusão e disposições sobre direito intertemporal. Licitação como processo. Princípios. Deveres administrativos extraídos da LINDB. Modalidades: concorrência, pregão, concurso, leilão e diálogo competitivo. Critérios de julgamento: menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance e maior retorno econômico. Edital. Fases da licitação: fase preparatória, fase de divulgação do edital de licitação, a fase de apresentação de propostas e lances, fase de julgamento, fase de habilitação, fase recursal e fase de homologação. Inversão de fases e inversão da inversão. Anulação e revogação. Procedimentos auxiliares: credenciamento, pré-qualificação, manifestação de interesse, registro de preços e registro cadastral. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. Regime Diferenciado de Contratação. Controle jurídico: as três linhas de defesa adotadas pelo legislador.
Grupo Módulo Consultivo	II, Direito Administrativo Aplicado III: Serviços Públicos	Serviços Públicos: conceito e fundamento constitucional. Execução direta pela Administração e Lei das Estatais. Terceirização da prestação: concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Parcerias Público-Privadas. Regulação: conceito e fundamento constitucional. Agências reguladoras: conceito, autonomia e poder normativo.
Grupo Módulo Consultivo	II, Direito Administrativo Aplicado IV: Terceiro Setor	Terceiro Setor: conceito e fundamento constitucional. Convênios administrativos. Organizações Sociais (OSs). Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Legislação Estadual sobre o Tema.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Grupo II, Módulo Contencioso	Direito Processual Aplicado II: Recursos	Teoria dos Recursos. Apelação. Agravos. Recursos Ordinários. Recursos Excepcionais: Recurso Especial e Recursos Extraordinários. Embargos de Divergência. Julgamento de recursos repetitivos.
Grupo II, Módulo Contencioso	Direito Processual Aplicado III: Execução	Teoria das Execuções Cíveis. Cumprimento de sentença. Processo de execução. Execução contra a Fazenda Pública. Execução Fiscal.
Grupo II, Módulo Contencioso	Direito Processual Aplicado IV: Procedimentos Especiais	Procedimentos especiais. Desapropriação e desapropriação indireta. Mandado de Segurança. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Ação Civil Pública. Ação Popular. Ação de Improbidade Administrativa.
Grupo II, Módulo Advocacia Pública	Ética e Responsabilização no Exercício da Advocacia Pública	Ética na advocacia: sujeição dos advogados públicos ao Estatuto da Advocacia. Ética na Administração: sujeição dos advogados públicos aos Estatutos próprios da carreira (LCE 88/96 e LCE 46/94). Prerrogativas da profissão: liberdade, independência, honorários de sucumbência, etc. Deveres profissionais: confidencialidade, lealdade, etc. Conflito de interesses. Responsabilidade penal, civil e administrativa do advogado público.
TÓPICOS ESPECIAIS		
Grupo I	Tópicos Especiais sobre Direito do Estado: Direito de Petróleo e Gás aplicado à Fazenda Pública	Cadeias do petróleo e do gás natural: conceitos fundamentais (petróleo, gás natural, condensado e derivados), etapas (<i>upstream</i> , <i>midstream</i> e <i>downstream</i>). Exploração e produção de petróleo e gás (E&P): conceitos fundamentais (bloco, campo, reservatório e poço), estruturação jurídico-administrativa da atividade (antes e depois da EC nº 09), regimes de produção (concessão, cessão onerosa e partilha de produção). Participações governamentais: espécies (bônus de assinatura, pagamento por retenção e ocupação de áreas, <i>royalties</i> , participação especial e excedente de produção), finalidade (relacionamento entre o recebimento de participações governamentais e a cobertura de impactos da atividade extrativista), parâmetros de apuração (preços de referência do petróleo e do gás); Destinatários constitucionais (distribuição das participações governamentais entre as unidades federadas). Utilização das participações governamentais: destinações vedadas, destinações possíveis e destinações diferenciadas. Regulação de petróleo e gás: conceitos fundamentais (regulação e poder regulamentar), estruturação (regulação federal e estadual). A peculiar relação entre a indústria e o poder público.
Grupo I	Tópicos Especiais sobre Direito do Estado: Direito Administrativo Digital	Direito Administrativo Digital. Estado transformado pelas revoluções tecnológicas. Aspectos jurídicos da Administração Pública Digital. Processo Administrativo Digital. Contratos e outras parcerias administrativas digitais. Ato administrativo digital.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

		Atividades administrativas estatais juridicamente impactadas pelas transformações tecnológicas. Polícia administrativa, prestação de serviços públicos, ordenamento econômico e ordenamento social. Teletrabalho na Administração Pública digital. Conclusões retrospectivas e prospectivas
Grupo I	Tópicos Especiais sobre Direito do Estado: Direito e Inovação Tecnológica	Tecnologia e regulação: marco civil da <i>internet</i> e responsabilidade dos Provedores de Aplicação. Proteção de dados pessoais: Lei Geral de Proteção de Dados. Conceitos, bases legais e dificuldades concretas de efetivação. Lacunas a serem resolvidas pela autoridade regulatória. Tecnologia, eleições e democracia. Atuação preventiva e repressiva da Advocacia Pública. Criptoativos e Blockchain. Moedas digitais, tributação e regulamentação. <i>Smart contracts</i> . Novas formas de registro e validação de documentos e obras digitais. Inteligência artificial: lacunas de regulação. Direito à explicação. Formas de <i>accountability</i> em decisões realizadas exclusivamente por algoritmos. Governança, ética e gestão de riscos no uso das ferramentas tecnológicas. Maximização de lucros e resultados das políticas públicas em confronto aos limites éticos e legais. Equilíbrio entre inovação, tecnologia e proteção aos direitos fundamentais.
Grupo I	Tópicos Especiais sobre Direito do Estado: Direito Ambiental	Introdução ao Direito Ambiental. Evolução Histórica. Constituição Federal e Meio Ambiente. Dispositivos constitucionais correlatos. Principais Normas Ambientais. Princípios de Direito Ambiental. Conceitos fundamentais: Unidade de Conservação, Área de Preservação Ambiental, Área de Proteção Ambiental, Reserva Particular do Patrimônio Natural, etc. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000). Princípios Ambientais. Zonas de Amortecimento. Problemática de Instalações de Rede de Energia Elétrica em APP e APA. Auto de Infração Ambiental e requisitos. Fato Gerador e Falhas que acarretam nulidades. Reconhecimento Administrativo de Nulidade do Auto de Infração Ambiental. Princípio da Autotutela. Natureza Jurídica da Multa Ambiental. Ação Demolitória. EIA/RIMA. Licenciamento Ambiental e impacto local. Lei Complementar Federal nº 140/2011. Planos Diretores Municipais e inconstitucionalidades. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Importância da Logística Reversa. Bibliografia recomendada. Especificidades do Espírito Santo: as suas unidades de conservação, a sua autarquia ambiental estadual (IEMA), etc.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Grupo Módulo consultivo	II, Tópicos Especiais sobre Advocacia Pública e Prática Jurídica: Licitações, contratos e controle administrativo	Princípios aplicáveis aos processos relativos a licitações e contratações públicas com impacto relevante na atividade de controle administrativo: legalidade, moralidade, probidade, eficiência, eficácia, planejamento, segurança jurídica, motivação e interesse público; Normas da LINDB com impacto relevante na atividade de controle administrativo exercida nos processos relativos a licitações e contratações públicas. Disposições sobre recursos humanos e sua influência no controle administrativo exercitado nos processos relativos a licitações e contratações públicas. A Nova Lei de Licitações e Contratos e o controle jurídico desempenhado pela Advocacia Pública. Controle administrativo e nulidades dos contratos administrativos na perspectiva do interesse público e da instrumentalidade das formas. As três linhas de defesa adotadas pelo legislador e a sua conjugação ao controle jurisdicional. Segurança jurídica na atividade de controle: decisões dos Tribunais de Contas <i>versus</i> Modelo Brasileiro de Precedentes. Controle administrativo e caráter pedagógico
Grupo Módulo contencioso	II, Tópicos Especiais sobre Advocacia Pública e Prática Jurídica: Autocomposição em processos envolvendo a Fazenda Pública	Base teórica: legalidade e interesse público. A contenção da litigiosidade da Fazenda Pública: dispensa da apresentação de defesa e autorização para reconhecimento da procedência do pedido, autorização para desistência de ações propostas e/ou para renúncia do direito em que se funda o litígio, dispensa da apresentação de recursos e autorização para desistência de recursos interpostos; A opção pela conciliação no processo: transação e composição do litígio. Aspectos procedimentais: exigência de consenso hermenêutico, formalização das razões e construção de posicionamento institucional. A contenção da litigiosidade das partes privadas que litigam contra a Fazenda Pública. Audiência de conciliação/mediação em processos envolvendo a Fazenda Pública.
Grupo Módulo consultivo	II, Tópicos Especiais sobre Advocacia Pública e Prática Jurídica: novos paradigmas para o controle da Administração Pública	Controle da Administração Pública. Aspectos constitucionais e infraconstitucionais. Impactos da LINDB na atividade controladora do Estado. Novos paradigmas para o exercício da atividade controladora pela Advocacia Pública. Consensualidade, pragmatismo e consequencialismo na atividade controladora pública. Conclusões retrospectivas e prospectivas
	Tópicos Especiais sobre Advocacia Pública e Prática Jurídica: Direito das Startups	Direito Público das <i>Startups</i> . Conceito, limites e possibilidades para a celebração de parcerias entre Estado e entidades privadas para o desenvolvimento tecnológico e inovações de interesse público. Aspectos jurídicos substanciais e procedimentais para a celebração de parcerias



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

		entre a Administração Pública e <i>Startups</i> . Conclusões retrospectivas e prospectivas.
Grupo II, Módulo contencioso	Tópicos Especiais sobre Advocacia Pública e Prática Jurídica: Advocacia Pública e Métodos Adequados de Resolução de Conflitos	Fundamentos da consensualidade na Administração Pública. Migração da lógica da imposição e da unilateralidade para a lógica da negociação e da multilateralidade. Supremacia e indisponibilidade do interesse público. Legalidade da transação no Direito administrativo. Acordo negociado e acordo “por adesão”. Discricionariedade e autotutela administrativas: espaços, limites e efeitos do poder-dever de revisão dos acordos administrativos. Anulação, revogação, resolução, rescisão e resilição dos acordos administrativos. Revisão dos acordos administrativos pelo Poder Judiciário e órgãos de controle. A reserva da Administração como limite revisional jurisdicional dos acordos administrativos. Conciliação e Mediação do âmbito da Administração Pública. Lei nº 13.140/15. Funcionamento das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos; Comitês de Prevenção e Resolução e Disputa (<i>Dispute Board</i>) em contratos com a Administração Pública. Experiência internacional. Espécies e normas aplicáveis. Análise de custo-benefício; Demais mecanismos de autocomposição. Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Acordos administrativos no âmbito de precatórios. Acordos ambientais. Acordos de leniência. Exequibilidade dos acordos. Necessidade de homologação judicial. Hipóteses de observância do sistema de pagamento por precatórios.